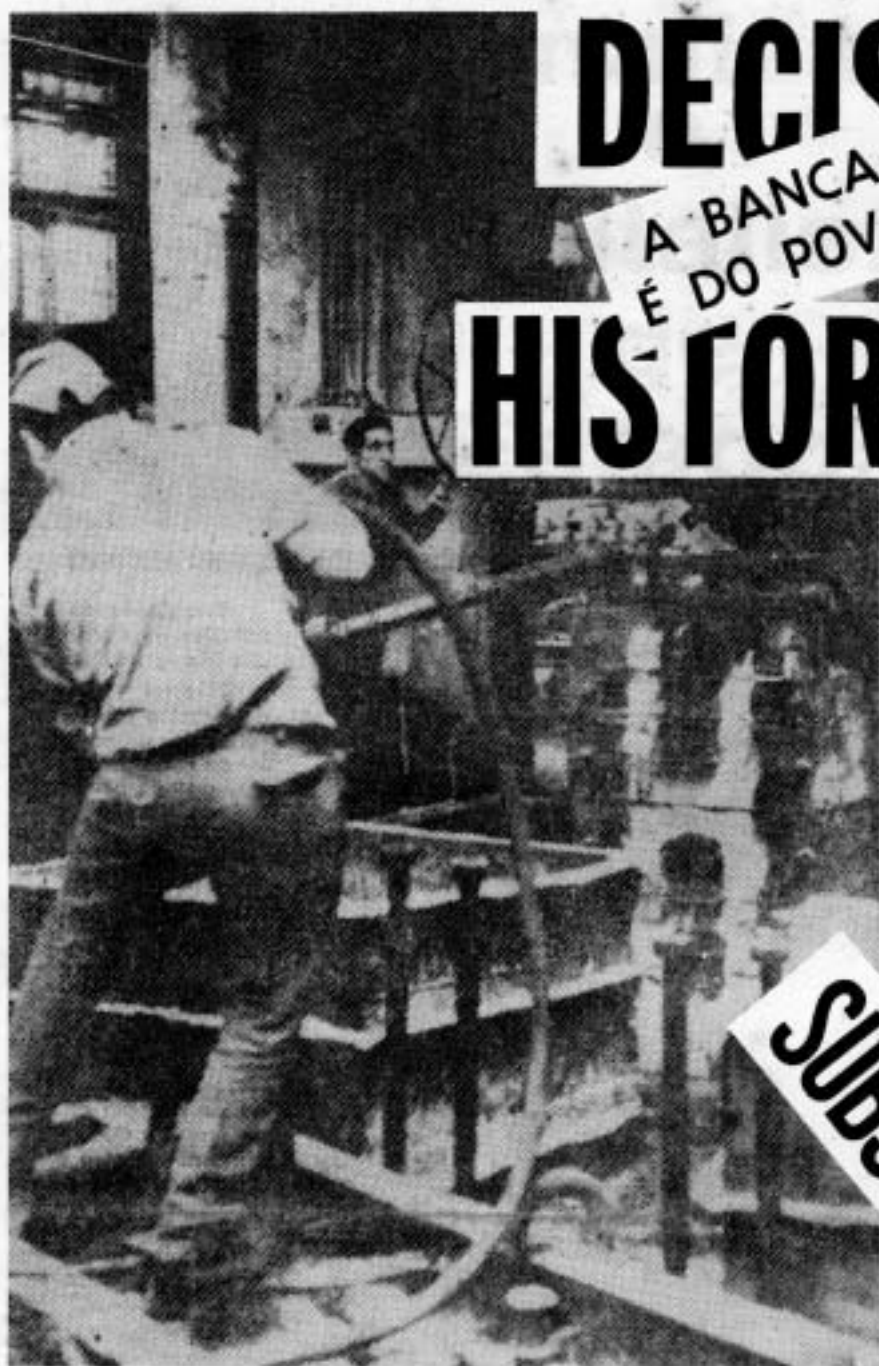


A LUTA PELO ★ SOCIALISMO

UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS



DECISÕES

A BANCA
É DO POVO

HISTÓRICAS

DOS **NACIONALIZAÇÃO**
SUBSOLOS

A BATALHA DA PRODUÇÃO NO CAMPO

Nacionalizações e «capitalismo de Estado»

EDIÇÃO DA **UEC**

Entre os muitos argumentos de todos os tipos utilizados contra as medidas de nacionalização tomadas pelo Conselho da Revolução assume uma particular importância a «acusação» de que as nacionalizações abrem caminho a um sistema de «capitalismo de Estado».

Grupos verbalistas de um lado e social-democratas de outro, numa concordância a todos os títulos significativa, erguem-se contra as nacionalizações em nome de uma objecção cujas origens só podem ser encontradas na ignorância ou na má-fé.

• O SISTEMA CAPITALISTA

O regime capitalista caracteriza-se sob o ponto de vista económico pela posse privada dos meios de produção. Fábricas, minas, terras, máquinas, etc., são propriedade privada de pessoas, dos capitalistas, e os produtos produzidos por essas terras, essas máquinas, essas fábricas e essas minas à custa do trabalho de grandes massas de trabalhadores são igualmente propriedade desses mesmos capitalistas que as distribuem depois para a sua apropriação colectiva.

Sob o ponto de vista político, o regime capitalista caracteriza-se por o aparelho de Estado (as polícias, os tribunais, os exércitos, os serviços administrativos e fiscais, etc.) estar — seja qual a forma de que se revista — ao serviço das classes possuidoras dos meios de produção. As leis destes Estados defendem esta propriedade privada e os crimes são definidos em função desta defesa; as polícias asseguram a continuação desta ordem de coisas e, em última instância, os exércitos deixam de ser o braço armado de defesa da integridade nacional para passarem a ser o instrumento de guerras imperialistas que asseguram a conquista para esses capitalistas de maiores lucros em terras estrangeiras.

• O CAPITAL FINANCEIRO E OS MONOPÓLIOS

O capitalismo monopolista de Estado é uma das formas que a sociedade capitalista assume e, no essencial, corresponde — na sequência de conflitos internos entre os vários possuidores de meios de produção, entre as várias camadas de capitalistas — à posse por parte dos capitalistas monopolistas do aparelho de Estado, passando a usá-lo no seu exclusivo interesse.

O capital monopolista resulta da acção do capital financeiro que, por sua vez, resulta da fusão do capital industrial com o capital bancário.

Explicamos:

Numa fase inicial do desenvolvimento da economia capitalista, as diversas actividades económicas estavam divididas entre várias pessoas. Determinadas pessoas e grupos eram donos dos meios de produção industrial, como as fábricas, outros eram donos de meios de produção, de matérias-primas como as minas. Por outro lado, a actividade comercial determinava o surgimento de instituições de crédito, os bancos, onde ainda outras pessoas movimentavam capitais próprios e alheios que captavam para emprestarem aos outros capitalistas.

A expansão da economia capitalista conduziu a que se fizessem fusões entre as grandes empresas industriais e os bancos. Esta fusão correspondia à seguinte necessidade: para o banqueiro, o facto de ser também proprietário de uma fábrica, permitia-lhe canalizar para essa sua fábrica os créditos que podia conceder com os dinheiros dos seus depositantes, o que dava como consequência que tinha o lucro dos juros do empréstimo que fazia e os lucros dos resultados do investimento que com o empréstimo fazia na fábrica. Para o industrial, a questão é a mesma: sendo proprietário dum banco, pode passar a mobilizar os dinheiros dos seus depositantes para as suas próprias iniciativas, fazendo-as crescer e logo dar mais lucros.

A grande força que se cria assim com a fusão do capital industrial e do capital bancário permite aos detentores do capital financeiro passarem a fazer uma política de concorrência muito dura. Na verdade, as grandes possibilidades que passam a ter, permitem-lhes praticar preços e encarar expansões (mecanizações, etc.), tornam impossível a actividade de outros capitalistas com menores dimensões. Conforme os seus interesses, passam assim a liquidá-los conduzindo-os à falência e ficando sozinhos em campo, ou passam a dominá-los, sujeitando a actividade dos mais pequenos aos interesses dos grandes grupos.

É a esta situação que se chama capitalismo monopolista.

• O CAPITALISMO MONOPOLISTA DE ESTADO

Esta crescente dominação da economia pelos grupos monopolistas conduz a alterações no aparelho de Estado.

O aparelho de Estado capitalista numa fase pré-monopolista corresponde à defesa dos interesses das várias camadas das classes burguesas, das classes capitalistas (grandes, médios e pequenos).

À crescente dominação dos grupos monopolistas sobre a economia nacional, corresponde um crescente domínio sobre o aparelho de Estado que progressivamente vai passando a obedecer apenas aos grupos monopolistas, funcionando para os seus interesses.

Este domínio dos grupos monopolistas sobre o aparelho de Estado abre caminho ao **capitalismo monopolista de Estado** que determina algumas alterações no funcionamento do aparelho de

Estado. Assim, o sistema legal do aparelho de Estado passa a funcionar fundamentalmente ao serviço dos monopólios e, através de legislações preferenciais, de medidas fiscais, etc., dá aos monopólios situações de preferência para reforçar a sua exploração das classes trabalhadoras e para alargar o seu domínio sobre as outras camadas da população não monopolistas (pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores). Por outro lado, as forças repressivas são colocadas inteiramente ao serviço dos monopólios dado que a política monopolista alarga o número de inimigos do sistema (as outras camadas antimonopolistas). Os meios económicos do Estado são inteiramente colocados ao serviço do capital monopolista, através de investimentos estatais em empresas dos monopólios e de apoios oficiais à sua acção. Finalmente, a política do Estado, nomeadamente nos seus aspectos internacionais, alinha inteiramente com o imperialismo mais agressivo no sentido de defender e alargar a dominação imperialista sobre os mercados e fontes de matérias-primas dos países colonizados, cujos povos lutam pela independência.

A estreita aliança entre os monopólios e o aparelho do Estado determina modificações importantes na configuração da economia interna de um país, alterações que visam no essencial a obtenção de maiores lucros para os grupos monopolistas.

Nomeadamente, o Estado é chamado a desempenhar um papel progressivamente mais interveniente no sector económico, nomeadamente através da estatização de sectores infra-estruturais não lucrativos (transportes, etc.), inicialmente entregues à iniciativa privada, mas tomados não rentáveis. A participação do Estado nesses sectores liberta os grupos monopolistas desses sectores, permitindo-lhes investimentos noutros sectores mais rentáveis. Igualmente se verifica o alargamento do mercado estatal, isto é, o incremento do papel aquisitivo do aparelho de Estado (obras públicas, assistência, etc.), aquisições essas dirigidas preferencialmente ao sector monopolista que pode assim contar com um cliente firme e que funciona a longo prazo, permitindo uma ampliação de lucros pela garantia de encomendas a longo prazo. Finalmente, o Estado é chamado a investir os dinheiros públicos ao lado dos capitais monopolistas o que no essencial conduz a uma redistribuição de mais-valias em benefício do capital monopolista.

• O FASCISMO

Portugal, antes do 25 de Abril, vivia num sistema de capitalismo monopolista de Estado, sendo que o Estado era um Estado fascista. O Estado fascista é uma ditadura terrorista dos grandes monopólios. Significa isto que o Estado fascista se caracteriza por um grande aumento dos meios repressivos do Estado, através do sistema policial e pelas alterações legais necessárias (liquidação das liberdades democráticas). É por esta situação que se designa por **terrorista**.

Este terrorismo do aparelho de Estado dominado pelos grandes monopólios pode não corresponder a um capitalismo monopolista de Estado pois o domínio dos grandes monopólios sobre a máquina de Estado, o seu uso violento, pode não corresponder a um domínio desses mesmos monopólios sobre a vida económica onde têm ainda grande importância outras camadas possedentes (a pequena e a média burguesia). Foi o que aconteceu em Portugal de 1926 até mais ou menos 1950, quando o nascente capital financeiro e seus aliados se assenhorearam pela força do aparelho de Estado e iniciaram a sua política. Naturalmente que esta sua política tinha de conduzir, pela exploração desenfreada das massas trabalhadoras, pela liquidação económica de outras camadas da burguesia, e pela exploração terrorista dos povos coloniais a um capitalismo monopolista de Estado, sistema que se vivia quando os políticos fascistas, lacaios do grande capital monopolista, foram desalojados do aparelho de Estado em 25 de Abril.

• A EXPLORAÇÃO FEITA PELO ESTADO FASCISTA

O tipo de actuação de capitalismo monopolista de Estado seguido pelo Estado fascista e pelo sistema económico fascista pode caracterizar-se com alguns exemplos.

Vejam, por exemplo, o caso da Previdência. Naturalmente que um dos principais papéis do regime fascista era defender, através das suas polícias, dos seus tribunais, etc., a desenfreada exploração a que os capitalistas submetiam as classes trabalhadoras. A luta destas, contudo, frequentemente conquistou vitórias e obrigou os grandes senhores dos monopólios a recuarem. Uma das lutas mais importantes das classes trabalhadoras é a luta pela conquista de assistência na doença e na velhice e, para «responder» a essa luta, o fascismo criou, ao nível do aparelho de Estado, o sistema das Caixas de Previdência. As Caixas de Previdência passaram a contar com gigantescas somas de dinheiro fruto de:

— descontos substanciais nos próprios salários dos trabalhadores;

— encargos das empresas que igualmente descontavam para a Previdência.

Que aconteceu a estas somas?

1.ª Estas somas foram depositadas nos bancos particulares dos grupos monopolistas, funcionando a Previdência como um vulgar depositante. Os bancos dos monopolistas passaram assim a dispor de elevadíssimos capitais para a sua própria acção;

2.º Por indicação do Estado, as Caixas de Previdência tomaram posições accionistas em empreendimentos dos grandes grupos monopolistas, movimentando capitais próprios para iniciativas que ficavam na mão dos grandes senhores da indústria e da banca;

3.º A Previdência criou um monstruoso sistema burocrático pago pelos trabalhadores, inteiramente dependente do Estado, que retirou das organizações de trabalhadores a gestão dos seus dinheiros e dos seus problemas de assistência, servindo com mais um elemento repressivo cuja eficiência só era compensada pela ineficiência e insuficiência da assistência médica e medicamentosa prestada;

4.º Finalmente, através do Estado e da Previdência, o grande capital monopolista criou mais um encargo obrigatório para as pequenas e médias empresas e assegurou a administração e usufruto (mediante os depósitos nos bancos e os investimentos nas grandes empresas) de capitais que saíam da actividade das pequenas e médias empresas (os descontos para a Previdência).

Verifique-se, finalmente, que a Previdência estatal se tornou um cliente decisivo de largos sectores monopolistas (indústria química e farmacêutica, etc.), que viram o seu volume de negócios grandemente acrescido por um cliente a longo prazo.

Outro exemplo,

Tornando legalmente obrigatórios determinados tipos de seguros (fosse a nível individual, fosse a nível de empresas) o grande capital monopolista através do Estado garantia uma enorme fonte de rendimento para os grupos seguradores de que era proprietário.

E assim por aí fora!

● O ESTADO E A ECONOMIA NACIONAL

A evolução desta situação colocou nas mãos do Estado e das instituições dele dependentes grande parte do capital proprietário dos meios de produção portugueses. Por outro lado, a interligação entre o grande capital monopolista que dominava quase inteiramente a vida económica portuguesa e o aparelho de Estado, tornava a acção do capitalismo monopolista muito dependente da acção política e económica do Estado.

A crise final do fascismo reflecte inteiramente essa interdependência e o caso da guerra colonial é o mais esclarecedor.

Os interesses dos monopólios na exploração das riquezas e do trabalho dos povos africanos ditaram que o Estado fascista arrastasse Portugal para a guerra colonial. A guerra, porém, é um fenómeno político e o evoluir militar e político da guerra colonial arrastou o Estado fascista para o desastre: o capital monopolista estava inteiramente amarrado a tal política e foi arrastado na queda política do fascismo.

● OS MONOPÓLIOS E A DEMOCRACIA

Esta interdependência é muito importante para compreender o que se passou em Portugal depois do 25 de Abril e o real significado e capacidades das nacionalizações.

Conforme sempre sublinhou o PCP, a democracia em Portugal era incompatível com a manutenção do poder dos monopólios. E era incompatível com a manutenção do poder dos monopólios porque estes tinham a sua sobrevivência inteiramente ligada ao Estado fascista. A liquidação do Estado fascista implicava a liquidação dos monopólios, a sobrevivência dos monopólios implicaria a conservação do aparelho de Estado fascista.

Na verdade, só a feroz repressão fascista consentiu ao capitalismo português capitalizar e consolidar-se não obstante o atraso técnico da economia portuguesa. A repressão fascista permitiu aos monopolistas portugueses, através de uma violentíssima exploração das classes trabalhadoras dos campos e das cidades, compensar as deficiências estruturais e técnicas dos sectores agrícolas e industriais.

Sem a repressão fascista que permitisse abafar os protestos das classes trabalhadoras contra essa superexploração, os monopólios não têm condições técnicas de sobrevivência.

Os monopólios não podiam sobreviver sem as polícias e as leis que reprimiam as greves, sem o apoio financeiro dos dinheiros públicos, sem as medidas proteccionistas legais.

A democracia, ou seja, a liquidação do Estado fascista, não podia construir-se se a acção política ao nível do Estado ignorasse o poder dos monopólios e lhes consentisse as manobras no sentido de deteriorarem a economia nacional e sabotarem as bases económicas de construção de um Portugal para os portugueses.

Colocava-se aqui a interrogação sobre o que fazer.

A verdade é que o capitalismo monopolista de Estado corresponde a uma fase adiantada da evolução do sistema capitalista. Construído através de um Estado fascista ou ganhando progressivamente o «contrôle» de aparelhos de Estado de democracia burguesa como é o caso, por exemplo, da França, os monopólios são parte integrante do imperialismo e do imperialismo, como foi cientificamente demonstrado por Lenine, é a derradeira fase do capitalismo.

Pretender transformar um capitalismo monopolista de Estado noutra forma de capitalismo é tentar fazer a História andar para trás!

Verificando-se que em Portugal o regime fascista estava indissoluvelmente ligado ao capitalismo monopolista de Estado, tentar criar estruturas políticas que correspondam a outras fases de evolução do capitalismo é igualmente tentar fazer a História andar para trás!

● AS POSSIBILIDADES REVOLUCIONÁRIAS DA CONCENTRAÇÃO

A grande concentração monopolista da economia portuguesa criada pelo fascismo e a grande interdependência entre os grupos monopolistas e o aparelho de Estado criaram condições para que rapidamente se assestassem eficientes machadadas nas estruturas políticas e económicas do capitalismo.

Derrubada a camarilha fascista, as forças democráticas integradas na aliança Povo-MFA encontraram um aparelho de Estado proprietário de largos sectores das forças produtivas portuguesas e com grande capacidade de intervenção junto dos grupos monopolistas que dependiam do aparelho de Estado.

Havia contudo que resolver uma contradição: o aparelho de Estado encontrava-se na mão de forças democráticas e com ele o domínio de parte da economia. Contudo, o resto da economia — a sua grande parte — encontrava-se na mão dos grupos monopolistas cujos interesses eram inconciliáveis com os objectivos democráticos traçados politicamente pela aliança Povo-MFA e que esta aliança se esforçava por passar à prática na sua actividade governativa.

Aquela situação herdada do fascismo de dependência dos monopólios do aparelho de Estado e a grande influência deste na vida económica abria uma possibilidade: utilizando este próprio aparelho de Estado, desapossar o capital monopolista das suas empresas, do seu domínio dos meios de produção com o qual entretanto sabotava a economia, a vida política e social portuguesa.

● O PAPEL POLÍTICO DAS NACIONALIZAÇÕES

As nacionalizações surgem assim e antes de mais nada como uma medida política de defesa da democracia, permitida pelas próprias contradições do sistema derrubado em 25 de Abril de 1974.

O seu carácter é, portanto, «à priori» inteiramente diferente das nacionalizações verificadas em países capitalistas — cuja economia capitalista não estava posta em causa — como foi o caso das nacionalizações em Inglaterra em 1945.

Em Portugal as nacionalizações corresponderam a uma necessidade imperiosa de defesa do processo democrático.

Sucede, porém e como vimos, que o processo democrático em Portugal se define em contradição com uma fase avançada de capitalismo. Digamos que ao manifestar-se incompatível com o capital monopolista — última fase do capitalismo — a democracia em Portugal se manifesta incompatível com o próprio capitalismo.

As medidas de defesa da democracia e das liberdades em Portugal são por isso — e sempre — medidas anti-capitalistas uma vez que têm de afectar o sistema final e mais evoluído de posse privada dos meios de produção, característica do sistema capitalista.

● «CAPITALISMO DE ESTADO»??

E chegamos finalmente ao problema do «capitalismo de Estado». O equívoco da pergunta por que começámos reside afinal no seguinte:

—Se os meios de produção deixam de estar nas mãos da grande burguesia monopolista para passarem a estar nas mãos do Estado, isso não altera a **propriedade privada** desses meios de produção, uma vez que o sistema é todo o mesmo. Logo, passamos a ter um capitalismo de Estado.

O grande equívoco desta afirmação reside na incompreensão de:

- 1.º O carácter e papel de Estado;
- 2.º Os sistemas de distribuição da produção;
- 3.º As características dos processos revolucionários em geral e do português em especial.

● O DOMÍNIO DO APARELHO DE ESTADO

Em primeiro lugar é necessário compreender que o Estado corresponde sempre a uma estrutura ao serviço de uma camada social: as organizações do Estado, as propriedades do Estado são estruturas ao serviço e propriedades pertencentes à classe social que domina o Estado.

Tentar fazer o paralelo entre o sistema de propriedade privada de meios de produção por um capitalista e a propriedade privada de meios de produção pelo Estado é correcto quando são os capitalistas que dominam o aparelho de Estado. Bem pelo contrário, se o aparelho de Estado for uma estrutura, não ao serviço de uma minoria de exploradores, de uma minoria de capitalistas mas sim de uma maioria de trabalhadores, então a propriedade de meios de produção por parte do Estado corresponde a uma forma (embora transitória), de posse colectiva dos meios de produção por parte da maioria dos trabalhadores e da população que domina o aparelho de Estado.

● A DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO E A PLANIFICAÇÃO

Por outro lado, o que caracteriza o sistema capitalista não é apenas a posse individual dos meios de produção, mas também a decorrente distribuição da própria produção. Ao ser dono de uma fábrica, o capitalista não se limita a ser dono das máquinas, das

instalações que a constituem: é igualmente «dono» da sua produção e usa-a conforme entende e sujeita os circuitos económicos da sociedade aos interesses do escoamento dos «seus» produtos. Esse tipo de utilização privada dos frutos do trabalho e da produção determina contradições paralizantes na economia capitalista que só podem ser resolvidas através de um sistema que não se baseie no domínio de um capitalista sobre a «sua» produção e a de outro capitalista sobre a «sua» produção — logo na defesa dos interesses de cada um — mas sim na organização social da produção conforme os interesses sociais — isto é, na planificação da economia.

Como é evidente, a economia só pode ser planificada, ou seja, a produção só pode ser organizada e distribuída conforme os interesses colectivos se os meios de produção não forem propriedade privada.

Esta planificação exige estruturas controladas pela maioria da população, pelos trabalhadores e que estes, por sua vez, controlem os meios de produção: que conheçam de um lado as necessidades sociais e controlem os meios para a sua satisfação.

Naturalmente que este papel cabe ao Estado, não o Estado capitalista que constitui um conjunto de estruturas para a defesa dos interesses dos capitalistas, mas sim um Estado socialista que não só põe ao serviço das classes trabalhadoras os meios técnicos e da defesa na nova sociedade, como é por elas controlado e com elas planifica a actividade económica com os meios de que dispõe.

Verifica-se assim que a gestão da posse dos meios de produção por parte do aparelho de Estado a caminho de uma economia socialista não visa uma simples alteração de propriedade, mas sim uma necessária alteração de propriedade para execução de uma política económica incompatível com os interesses dos capitalistas. O Estado não é uma entidade em si que possa em si possuir meios de produção: possui-os ao serviço das classes que o controlam e o sistema em que possui esses meios de produção integra-se no sistema de propriedade que convém à classe que o domina.

• A ALIANÇA POVO-MFA

As nacionalizações surgem em Portugal, como vimos, como uma absoluta necessidade de defesa do processo revolucionário. A grande riqueza revolucionária do processo iniciado em 25 de Abril de 1974 reside exactamente no facto de as medidas políticas de defesa da revolução serem indissociáveis de medidas económicas que rasgam caminhos progressivos e que tais medidas económicas enriquecem e colocam novas responsabilidades ao processo político.

Na realidade, o derrubamento do fascismo por parte do MFA contava «à priori» com o apoio de amplas massas populares que desde sempre haviam conduzido duras lutas contra a repressão e exploração fascistas.

Mas, como o PCP tem repetidamente sublinhado, nem o MFA sozinho poderia dar seguimento ao processo revolucionário nem as massas, o movimento popular, poderia isolado prosseguir em frente.

É esta dependência que transforma a aliança Povo-MFA, a aliança MFA-movimento popular de massas, no motor da revolução portuguesa. Tal como sem ela a revolução não seria possível, com ela tem de andar para a frente.

Ao derrubar o sistema policial do Estado fascista e ao abrir caminho às liberdades democráticas, o MFA abriu caminho a que as massas trabalhadoras manifestassem o seu descontentamento contra a exploração. Esta possibilidade rasgada pelo MFA constituiu naturalmente o primeiro elemento que levou as amplas massas trabalhadoras a apoiar os heróicos capitães do 25 de Abril. Sem o apoio das massas trabalhadoras do aparelho de Estado donde haviam sido derrubados os lacaios dos monopólios, o que obrigou este aparelho de Estado a tomar o partido entre a pressão do capital monopolista e o ascenso da luta das classes trabalhadoras.

As medidas tomadas, porque favorecem as classe trabalhadoras, constituíram no essencial a defesa e o fortalecimento da aliança Povo-MFA. E essa aliança neste passo clarificou a posição do capital monopolista que, frustradas as tentativas de «empalmar» o aparelho de Estado com novas pessoas (golpe Palma Carlos, 28 de Setembro) se radicalizou numa trajectória que as suas contradições e interesses tornavam inevitável.

A conservação ao nível do aparelho de Estado de um Governo Provisório ligado ao movimento popular de massas e ao MFA abriu caminho a que as exigências de concretização da aliança Povo-MFA encontrassem no aparelho de Estado meios concretos de andar para a frente. Face à sabotagem monopolista, face às intencionalidades reacçãoárias, a aliança Povo-MFA concretiza-se e actua usando os próprios meios do aparelho de Estado: o recurso à força contra a força reacçãoária (11 de Março) e as nacionalizações e a reforma agrária.

A defesa do processo revolucionário português implica sempre progressos do processo revolucionário. As nacionalizações foram uma medida de defesa do processo revolucionário. As nacionalizações são um progresso do processo revolucionário. Defender as nacionalizações é fazer progredir o processo revolucionário.

• NACIONALIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

Verificamos assim que a afirmação de que as nacionalizações apontam para a criação de um «capitalismo de Estado» não passa de uma manobra de má-fé (ou ignorância, que vai dar ao mesmo...) tentando baralhar conceitos e posições visando o ataque a uma medida essencial do processo revolucionário português.

A utilização do termo **capitalismo** associado ao termo **Estado**, sem qualquer outra explicação, pode dar a entender que no essencial se perpetua um sistema de exploração capitalista contrário aos interesses dos trabalhadores. A realidade é bem diversa: o facto de o aparelho de Estado ser colocado ao serviço dos interesses das classes trabalhadoras determina, conforme vimos, que a posse dos meios de produção por parte do Estado é um primeiro e decisivo passo para a posse colectiva desses mesmos meios de produção.

Naturalmente que este aparelho de Estado tem de ser alterado no sentido de corresponder às novas necessidades inerentes à defesa dos trabalhadores. Mas é necessário verificar que foi a própria concentração do capitalismo monopolista de Estado e do fascismo que abriu caminho à realização das nacionalizações: seria um erro imperdoável dos trabalhadores não utilizarem os meios que as próprias contradições do inimigo pôs ao seu dispor.

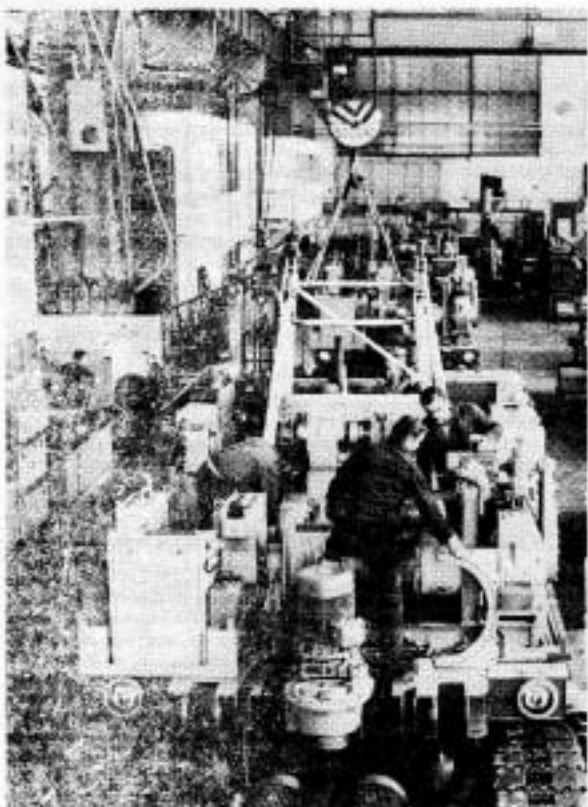
Hoje, as próprias exigências das nacionalizações rasgam perspectivas e criam a premente necessidade da alteração das estruturas do aparelho de Estado no sentido de poder corresponder às novas necessidades criadas pelos interesses dos trabalhadores e pelas exigências das nacionalizações.

As nacionalizações, enquanto medida económica, não podem ser desligadas do seu papel político de defesa da Revolução e do seu papel político de elemento de mutação do próprio aparelho de Estado no sentido de lhe retirar as suas características de aparelho de Estado burguês.

Toda a estrutura do aparelho de Estado, desde a legislação ao sistema fiscal, passando pelo sector económico, tem de ser alterada pelas necessidades criadas pelas nacionalizações, que desempenham assim um novo papel revolucionário ao contribuírem e exigirem a radical alteração do aparelho de Estado burguês.

Só aqueles a quem não interessa a posse colectiva dos meios de produção e a criação de um aparelho de Estado ao serviço das massas trabalhadoras podem estar interessados em negar o papel revolucionário das nacionalizações efectuadas.

FIM



VIVAM

AS

NACIONALIZAÇÕES



HESKA PORTUGUESA